

A decorative graphic consisting of three circles of increasing size from top to bottom, each with a stippled texture. A thin diagonal line runs from the top left towards the bottom right, passing behind the circles.

Assembleia de Freguesia de SILVES

Regimento 2009/2013

REGIMENTO

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVES

CAPITULO I - ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Artigo nº 1 (Fontes Normativas)

A Constituição, Composição e Instalação da Assembleia de Freguesia de Silves são fixadas e definidas por Lei e por este Regimento.

Artigo nº 2 (Definições e Fins)

A Assembleia de freguesia é o Órgão Deliberativo da Autarquia e visa a defesa dos interesses da freguesia e a promoção do bem-estar da população, de acordo com a Constituição da Republica.

Artigo nº 3 (Sede e Localização)

A Assembleia de Freguesia de Silves reunirá no Edifício Sede da Freguesia ou em outro local da área da freguesia, se a Assembleia assim o deliberar e desde que devidamente publicitado.

Artigo nº 4 (Funcionamento)

1. O funcionamento da Assembleia de Freguesia rege-se pelo presente Regimento e pelas normas legais aplicáveis às Autarquias Locais.
2. O período normal de funcionamento da Assembleia de Freguesia inicia-se com a sua instalação e termina com a instalação da Assembleia de Freguesia decorrente do acto eleitoral subsequente.

CAPITULO II - MANDATO

Artigo nº 5 (Duração e Natureza do Mandato)

1. Os membros dos órgãos das Autarquias Locais são titulares de um único mandato.
2. O mandato dos titulares dos órgãos das Autarquias Locais é de quatro anos.

3. Os vogais da Junta de Freguesia mantêm o direito a retomar o seu mandato na Assembleia de Freguesia, se deixarem de integrar o órgão executivo.

Artigo nº 6 (Mandatos e Condições do Exercício)

O mandato dos membros da Assembleia de Freguesia tem início com o acto da instalação e verificação dos poderes dos seus membros e cessa com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos previstos na Lei ou no presente Regimento.

Artigo nº 7 (Instalação da Assembleia de Freguesia)

1. A instalação da nova Assembleia de Freguesia ocorre até ao 20º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais e efectua-se de acordo com o artigo nº 8 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual figurará como anexo, ao presente Regimento.
2. Procede à instalação da nova Assembleia de Freguesia, o Presidente cessante ou, na falta deste, o Presidente da Comissão Administrativa cessante, conforme o caso, ou, na falta ou impedimento daqueles, de entre os presentes, o cidadão melhor posicionado na lista vencedora.
3. A verificação da legitimidade e identidade dos eleitos para a Assembleia de Freguesia bem como a investidura do órgão são actos a que preside o Presidente da Assembleia de Freguesia cessante.

Artigo nº 8 (Perda de Mandato)

1. A perda de mandato dos membros da Assembleia de Freguesia é da exclusiva competência dos Tribunais Administrativos de Circulo.
2. Incorrem em perda de mandato os membros da Assembleia de Freguesia que:
 - a) Sem motivo justificado, não compareçam a 3 sessões ou 6 reuniões seguidas ou a 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas;
 - b) Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, mas não detectada previamente à eleição;
 - c) Após a eleição se inscrevam em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;



d) Pratiquem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos actos previstos no artigo nº 10 da Lei nº 27/96, de 01 de Agosto.

3. Incorrem, igualmente, em perda de mandato os membros da Assembleia de Freguesia que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado, relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.

4. Constitui ainda causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, de prática, por acção ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos na alínea d) do nº 1 e no nº2 do presente artigo.

Artigo nº 9 (Renúncia ao Mandato)

1. Os membros da Assembleia de Freguesia gozam do direito de renúncia ao respectivo mandato, quer antes quer depois da instalação dos órgãos respectivos.

2. A renúncia deverá ser apresentada, por escrito, e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente do órgão, consoante o caso.

3. A convocação do membro substituto compete à entidade referida no número anterior e terá lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira sessão ou reunião que a seguir se realizar.

Artigo nº 10 (Suspensão do Mandato)

1. Os membros da Assembleia de Freguesia podem solicitar a suspensão do respectivo mandato.

2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deverá indicar o período de tempo abrangido e é dirigido e enviado ao Presidente da Assembleia de Freguesia e apreciado pelo plenário do órgão na sessão ou reunião imediata à sua apresentação.

3. São motivos de suspensão, designadamente:

a) Doença Comprovada;

b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;

c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a trinta (30) dias.

4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse trezentos e sessenta e cinco dias (365) no decurso do mandato constitui, de pleno direito,

renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.

Artigo nº 11 (Substituição dos Membros)

1. Em caso de vacatura ou de suspensão do mandato, o membro da Assembleia de Freguesia será substituído, conforme os casos pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou pelo novo titular com direito de representação.
2. Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efectividade de funções a maioria legal dos membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente comunicará o facto ao **GOVERNADOR CIVIL**, para que no prazo máximo de trinta dias (30), marque novas eleições. As eleições realizar-se-ão no prazo de quarenta (40) a sessenta dias (60) a contar da data da respectiva marcação.
3. A nova Assembleia de Freguesia completará o mandato da anterior.

Artigo nº 12 (Faltas)

1. Constitui falta a não comparência a qualquer sessão ou reunião.
2. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas. A justificação das faltas deve ser apresentada por escrito ao Presidente da mesa, no prazo de cinco dias (5) a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado.
3. Será considerado faltoso o membro da Assembleia de Freguesia que, sem justificação, só compareça passados mais de trinta minutos (30) sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da sessão ou reunião.
4. No início de cada sessão ou reunião deve a Mesa comunicar e fazer inscrever na acta, quais os pedidos de justificação de faltas que tenham sido apresentados, quais as decisões que sobre eles recaíram e ainda quais os membros da Assembleia de Freguesia que não tenham, no prazo de cinco dias (5), justificado as suas faltas

Artigo nº 13 (Preenchimentos das Vagas)

1. As vagas ocorridas na Assembleia de Freguesia são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir, do Partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.



2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo Partido, o mandato será conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

3. A convocação do membro substituto pertence ao Presidente da Assembleia de Freguesia e deverá processar-se no período que medeia entre a data do facto jurídico determinante da substituição e a realização da primeira sessão ou reunião da Assembleia de Freguesia.

CAPITULO III - RESPONSABILIDADES

Artigo nº 14 (Responsabilidade Funcional)

1. As Autarquias Locais respondem civilmente perante terceiros por ofensa de direitos destes ou de disposições legais destinadas a proteger os seus interesses, resultantes de actos ilícitos culposamente praticados pelos respectivos órgãos ou agentes no exercício das suas funções ou por causa desse exercício.

2. Quando satisfazerem qualquer indemnização nos termos do número anterior, as Autarquias Locais gozam do direito de regresso contra os titulares dos órgãos ou os agentes culpados, se estes houverem procedido com diligência e zelo manifestamente inferiores àqueles a que se achavam obrigados em razão do cargo.

Artigo nº 15 (Responsabilidade Pessoal)

1. Os titulares dos órgãos e os agentes das Autarquias Locais respondem civilmente perante terceiros pela prática de actos ilícitos que ofendam direitos destes ou disposições legais destinadas a proteger os interesses deles, se tiverem excedido os limites ou por causa delas, tiverem procedido dolosamente.

2. Em caso de procedimento doloso, as Autarquias Locais são sempre solidariamente responsáveis com os titulares dos seus órgãos ou os seus agentes.

CAPITULO IV - DIREITOS-DEVERES-PODERES-REGALIAS

Artigo nº 16 (Direitos-Deveres-Regalias)

Os Membros da Assembleia de Freguesia gozam dos direitos e regalias e estão sujeitos aos deveres previstos na Lei nº 29/87, de 30 de Junho (Estatuto dos



Eleitos Locais), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 97/89, de 15 de Dezembro, nº 1/91, de 10 de Janeiro, nº 11/91, de 17 de Maio, nº 11/96, de 18 de Abril, nº 127/97, de 11 de Dezembro, nº 50/99, de 24 de Junho, pela nº 86/2001, de 10 de Agosto pela Lei nº 22/2004 de 17 de Junho com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 52-A/2005 de 10 de Outubro, que se anexam a este Regimento, e Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro (**Leis em Anexo**).

Artigo nº 17 (Direitos e Regalias)

1. Os Membros da Assembleia de Freguesia têm direito a senhas de presença, nos termos da Lei.
2. Têm ainda direito a livre-trânsito no exercício das suas funções, a cartão de identificação, protecção penal, conforme conferida aos titulares de cargos público e a apoio em processos judiciais em que sejam partes em virtude da sua qualidade de eleitos locais.
3. É-lhes salvaguardado a garantia de direitos adquiridos, mormente em matéria laboral, conforme definido no artigo nº 22 do Estatuto dos Eleitos Locais (**em anexo**).
4. Os membros da Assembleia de Freguesia têm direito de recorrer para o plenário em matéria de injustificação da falta decidida pela Mesa da Assembleia de Freguesia e em matéria de rejeição de propostas, reclamações e requerimentos decidida pelo Presidente da Mesa.

Artigo nº 18 (Deveres)

Constituem deveres dos membros da Assembleia de Freguesia:

1. Participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia de Freguesia e das Comissões a que pertençam;
2. Aceitar e desempenhar conscientemente as tarefas que lhes forem confiadas e os cargos para que foram designados;
3. Contribuir pela sua diligência para o prestígio e eficácia da Assembleia de Freguesia;
4. Observar a ordem e a disciplina fixadas na Lei e neste Regimento;
5. Manter contacto estreito com as populações de forma a auscultar os seus principais anseios;
5. Comunicar à Mesa da Assembleia de Freguesia as saídas no decurso das sessões ou reuniões.



Artigo nº 19 (Poderes)

Constituem poderes dos membros da Assembleia de Freguesia:

1. Apresentar projectos de regulamentos, moções, requerimentos e propostas;
2. Requerer a discussão e apreciação de deliberações da Junta de Freguesia bem como das actividades dos seus membros, mediante a sua inclusão na Ordem dos Trabalhos;
3. Participar nas discussões e votações;
4. Fazer perguntas à Junta de Freguesia sobre quaisquer deliberações desta, actos dos seus membros ou dos respectivos serviços;
5. Propor a constituição de Comissões e Grupos de Trabalho necessários ao exercício das competências da Assembleia;
6. Requerer à Mesa elementos, informações e publicações oficiais que considere úteis para o exercício do respectivo mandato;
7. Propor candidaturas para a Mesa da Assembleia;
8. Apresentar reclamações, protestos e contra protesto;
9. Propor alterações ao Regimento;
10. Propor recomendações à Junta de Freguesia e a aprovação de pareceres sobre assuntos de interesse para a freguesia;
11. Propor moções de censura à Junta de Freguesia, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;
12. Eleger e ser eleito para a Mesa da Assembleia de Freguesia e para vogal da Junta de Freguesia;
13. Fazer declarações de voto;
14. Solicitar através da Mesa da Assembleia a comparência dos membros da Junta de Freguesia.

CAPITULO V - COMPETÊNCIAS

Artigo nº 20 (Competências da Assembleia de Freguesia)

1. Compete à Assembleia de Freguesia:
 - a) Eleger, por voto secreto, os vogais da Junta de Freguesia;
 - b) Eleger, por voto secreto, o Presidente e os Secretários da Mesa;
 - c) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
 - d) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;



- e) Acompanhar e fiscalizar a actividade da Junta de Freguesia, sem prejuízo normal da competência desta;
- f) Deliberar sobre a constituição de delegações, de problemas relacionados com o bem-estar da população da freguesia, no âmbito das atribuições desta e sem interferência na actividade normal da Junta de Freguesia;
- g) Solicitar e receber informação, através da Mesa sobre assuntos de interesse para a freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores, a pedido de qualquer membro em qualquer momento;
- h) Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da Junta de Freguesia ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;
- i) Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição;
- j) Deliberar sobre a administração das águas públicas que por Lei estejam sob jurisdição da freguesia;
- l) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;
- m) Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição (**em anexo**);
- n) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias, executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços da freguesia;
- o) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da actividade por si ou pela Junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia, informação essa que deve ser enviada ao Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, com a antecedência de cinco dias (5) sobre a data de início da sessão;
- p) Votar moções de censura à Junta de Freguesia, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros, no âmbito do exercício das respectivas competências;
- q) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da Assembleia de Freguesia, quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da Lei;
- r) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a freguesia, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta;
- s) Exercer os demais poderes conferidos por Lei.



2. Compete ainda à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia:

- a) Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- b) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestações de contas;
- c) Autorizar a Junta de Freguesia a contrair empréstimos de curto prazo e a proceder a aberturas de crédito, nos termos da Lei;
- d) Aprovar as taxas da freguesia e fixar o respectivo valor nos termos da Lei;
- e) Autorizar a freguesia a participar em empresas de capitais públicos de âmbito municipal, para a prossecução de actividades de interesse público ou de desenvolvimento local, cujo objectivo se contenha nas atribuições da freguesia;
- f) Autorizar a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas ou privadas no âmbito das suas atribuições;
- g) Verificar a conformidade dos requisitos previstos no nº3 do artigo nº 27 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações efectuadas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sobre o exercício de funções a meio tempo ou a tempo inteiro do Presidente da Junta;
- h) Autorizar expressamente a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis de valor superior ao limite fixado para a Junta de Freguesia, fixando as respectivas condições gerais, que podem incluir, nomeadamente, a hasta pública;
- i) Aprovar posturas e regulamentos;
- j) Ratificar a aceitação da prática de actos da competência da Câmara Municipal, delegados na Junta;
- l) Aprovar, nos termos da Lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- m) Aprovar, nos termos da Lei, a criação e a reorganização de serviços dependentes dos órgãos da freguesia;
- n) Autorizar a concessão de apoio financeiro, ou outro, às instituições legalmente constituídas pelos funcionários da freguesia, tendo por objectivo o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas;
- o) Regulamentar, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, do selo e da bandeira da freguesia e da vila sede de freguesia, bem como o brasão e a bandeira das vilas que não são sede da freguesia, e proceder à sua publicação no Diário da República.



2. A acção de fiscalização mencionada na alínea e) do nº 1 consiste numa apreciação casuística, posterior à respectiva prática, dos actos da Junta de Freguesia.

3. Não podem ser alteradas, mas apenas aprovadas ou rejeitadas, as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia e referidas nas alíneas a), i) e n) do nº 2, bem como os documentos submetidos a apreciação, referidos na alínea b) do mesmo número, devendo a rejeição ser devidamente fundamentada, sem prejuízo de a Junta de Freguesia poder vir a escolher, no todo ou em parte, sugestões feitas pela Assembleia de Freguesia.

4. A deliberação prevista na alínea p) do nº 1 só é eficaz quando tomada por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções, não podendo ser apresentada nova proposta sobre a mesma matéria no ano em que a deliberação tenha, quando a mesma tenha sido recusada ou não tenha reunido condições de eficácia.

5. A Assembleia de Freguesia, no exercício das respectivas competências, é apoiada administrativamente sempre que necessário, por funcionários dos serviços da autarquia, se existirem, designados pelo órgão executivo.

CAPITULO VI - MESA DA ASSEMBLEIA

Artigo nº 21 (Eleição - Mesa)

1. A Mesa da Assembleia de Freguesia é eleita por escrutínio secreto, nominal e separadamente, e pelo período do mandato, podendo os seus membros serem destituídos pela Assembleia de Freguesia em qualquer altura, por deliberação da maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções.

2. Só poderão ser eleitos para a Mesa da Assembleia os membros da Assembleia que, expressamente, tenham aceite a sua candidatura, que deverá ser prévia a formalmente proposta.

Artigo nº 22 (Composição da Mesa)

1. A Mesa da Assembleia de Freguesia, é composta por um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário, é eleita pela Assembleia de Freguesia de entre os seus membros, por escrutínio secreto.

2. O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro Secretário e este pelo segundo secretário.



3. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a Assembleia de Freguesia elege, por escrutínio secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião.

Artigo nº 23 (Competência da Mesa)

1. Compete à Mesa da Assembleia de Freguesia:

- a) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- b) Deliberar sobre as questões de interpretação e de integração de lacunas do Regimento;
- c) Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- d) Comunicar à Assembleia de Freguesia as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- e) Dar conhecimento à Assembleia de Freguesia do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- f) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia de Freguesia;
- g) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos pela Assembleia de Freguesia.

2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco (5) a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3. Das decisões da mesa cabe recurso para o plenário da Assembleia de Freguesia.

Artigo nº 24 (Competências do Presidente)

Compete ao Presidente da Assembleia de Freguesia:

- a) Representar a Assembleia, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) Abrir e dirigir os trabalhos, mantendo a disciplina das sessões ou reuniões;
- e) Assegurar o cumprimento das Leis e a regularidade das deliberações;

- f) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião;
- g) Comunicar à Junta de Freguesia as faltas do seu Presidente ou do substituto legal às sessões ou reuniões da Assembleia de Freguesia;
- h) Participar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos membros da Assembleia e da Junta, quando em número relevante para efeitos legais;
- i) Exercer os demais poderes que lhe sejam cometidos por Lei, pelo Regimento interno ou pela Assembleia de Freguesia.

Artigo nº 25 (Competências dos Secretários)

Compete aos Secretários:

- a) Anotar as presenças nas sessões ou reuniões e verificar permanentemente o "quorum" e registar as votações;
- b) Elaborar e subscrever as actas da Assembleia de Freguesia quando não exista funcionário da Autarquia;
- c) Servir de escrutinador;
- d) Colaborar com o Presidente no exercício das suas funções e assegurar o expediente da mesa;
- e) Substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

CAPITULO VII - FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA - SESSÕES

Artigo nº 26 (Sessões Ordinárias)

1. A Assembleia de Freguesia tem, anualmente, quatro (4) sessões ordinárias, em Abril, Junho, Setembro e Novembro ou Dezembro, que são convocadas por edital e por carta com aviso de recepção, ou através de protocolo com uma antecedência mínima de oito dias (8).
2. A primeira sessão e a quarta destinam-se, respectivamente, à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e ainda à apreciação e votação dos documentos de prestações de contas do ano anterior e à aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte, salvo o disposto no artigo nº 88 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



Artigo nº 27 (Sessões Extraordinárias)

1. A Assembleia de Freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou quando requerida:

a) Pelo Presidente da Junta de Freguesia, em execução de deliberação desta;

a1) Por um terço dos seus membros;

a2) Por um número de cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral da freguesia, equivalente a trinta vezes (30) o número de elementos que compõem a Assembleia de Freguesia quando aquele número de cidadãos eleitores for igual ou inferior a cinco mil (5000) e cinquenta (50) vezes quando for superior.

2. O Presidente da Assembleia de Freguesia, nos cinco dias (5) subsequentes à iniciativa da mesa ou à recepção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, procede à apresentação dos pedidos, tendo em conta que a convocatória deve ser feita com a antecedência mínima de cinco dias (5) sobre a data da realização da sessão extraordinária.

3. Quando o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia não efectue a convocação que lhe tenha sido requerida, nos termos do número anterior, podem os requerentes efectué-la directamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no número anterior com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.

Artigo nº 28 (Sessões Extraordinárias convocadas a Requerimento de cidadãos Recenseados)

Têm direito de participar, sem direito a voto, nas sessões Extraordinárias, convocadas nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo nº 27, dois representantes dos requerentes.

Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia de Freguesia se esta assim o deliberar.

Artigo nº 29 (Verificação de Presenças)

A presença dos membros da Assembleia de Freguesia será verificada no início e em qualquer momento da sessão ou reunião, por iniciativa do Presidente ou a requerimento de qualquer dos seus membros.

Artigo nº 30 (Quórum)

1. As sessões da Assembleia de Freguesia não terão lugar quando não esteja presente a maioria do número legal de membros.
2. Assim, na falta de quórum o Presidente designa outro dia para nova sessão ou reunião, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na Lei.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada acta onde se registam as presenças e ausências dos respectivos membros, dando estas, lugar à marcação de falta.

Artigo nº 31 (Duração das Sessões)

As sessões da Assembleia de Freguesia não poderão exceder a duração de dois dias (2) ou de dia (1), consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia deliberar o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

Artigo nº 32 (Publicidade)

As sessões da Assembleia de Freguesia são Publicas, nos termos da Lei e do presente Regimento.

Artigo nº 33 (Convocatórias)

1. Os membros da Assembleia de Freguesia serão convocados para as sessões por meio de ofício, subscrito pelo Presidente ou por qualquer dos Secretários em sua representação, a dirigir aos interessados com a antecedência mínima de dias (8).
2. Aquela convocatória deve ser divulgada com a mesma antecedência, por meio de editais a afixar nos lugares do estilo.
3. No caso da sessão se prolongar por mais de uma reunião, os membros da Assembleia de Freguesia deverão ser convocados para a reunião seguinte, por meio de simples comunicação postal, sempre que medeiem, entre reuniões, mais do que três dias (3) úteis. Nos restantes casos, a convocatória poderá ter lugar por via verbal no final da anterior reunião, e telefonicamente, em relação aos membros que faltaram àquela reunião.
4. Dos ofícios de que trata o nº 1 constará, obrigatoriamente a respectiva Ordem de Trabalhos, que será acompanhada dos documentos que habilitem os membros da Assembleia de Freguesia a participarem na discussão das matérias constantes da Ordem de Trabalhos, sistema que poderá ser substituído pela exibição nos



Serviços da Secretaria da Junta de Freguesia daqueles documentos, para consultas dos interessados.

5. A discussão das Opções do Plano e do Orçamento e suas revisões e do Relatório e Contas só poderá ter lugar decorridos que sejam oito dias (8) sobre a remessa dos respectivos documentos.

Artigo nº 34 (Requisitos das Reuniões)

1. Desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, a Assembleia de Freguesia funcionará à hora previamente marcada.

2. No caso de, após feita a chamada, se verificar a inexistência de "quórum" deverá ser aguardado um período de trinta (30) minutos sobre a hora da convocatória. Terminado este período de tempo e no caso de prevalecer a falta de "quórum" o Presidente marcará data e hora para nova reunião, pertencendo aos Secretários registar as presenças e faltas, elaborando, para tanto, a acta da ocorrência.

3. A existência de "quórum" será verificada em qualquer momento da reunião por qualquer membro da Mesa ou a requerimento dos demais membros.

CAPITULO VIII - TRABALHOS

Artigo nº 35 (Período de antes da Ordem do Dia)

1. Antes do início dos trabalhos haverá um Período de Antes da Ordem do Dia com a duração máxima de sessenta minutos (60), o qual poderá ser prolongado, desde que em tal sentido seja deliberado.

2. Este período poderá ser destinado a:

- a) Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
- b) Leitura de ofícios recebidos;
- c) Ao tratamento pelos membros da Assembleia de Freguesia de assuntos de interesse político;
- d) À emissão de congratulações, saudações, protestos ou pesar, propostas pela Mesa ou por Membros da Assembleia de Freguesia.

Artigo nº 36 (Ordem do dia)

- 1. A ordem do Dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer membro do órgão, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de:



2. (5) cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso das reuniões ordinárias;
3. (8) oito dias úteis sobre a data da reunião, no caso das sessões extraordinárias.
4. A ordem do dia é sempre entregue a todos os membros com a antecedência sobre a data do início da sessão de, (5) cinco dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a consulta da respectiva documentação.

Artigo nº 37 (Garantia de Estabilidade da Ordem do Dia)

1. A Ordem do Dia não pode ser preterida nem interrompida, a não ser em casos previstos no Regimento, ou por deliberação da Assembleia de Freguesia.
2. A sequência da matérias a discutir na Ordem do Dia pode ser modificada por deliberação da Assembleia de Freguesia.

CAPITULO IX - USO DA PALAVRA

Artigo nº 38 (Inscrições e Duração da Intervenção)

1. No Período de Antes da Ordem do Dia, o uso da palavra será distribuído equitativamente pelo Presidente da Mesa, tendo em vista o número de inscritos.
2. O uso da palavra, para pedidos de esclarecimento e sua resposta, reclamações, protesto ou recurso, limitar-se-á a indicação sucinta do seu objecto e fundamentação e não poderá exceder cinco minutos (5).
3. No Período da Ordem do Dia será concedida a palavra a cada membro da Assembleia de Freguesia que para tanto se inscreva para intervir nos debates, no máximo por duas vezes (2) sobre cada ponto em discussão e por período total não superior a vinte minutos (20).

Artigo nº 39 (No Uso da Palavra)

1. No uso da palavra, os oradores dirigir-se-ão ao Presidente da Mesa e à Assembleia de Freguesia, não podendo ser interrompidos sem o seu consentimentos, não sendo porém consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas.
2. O Presidente tomará as necessárias providências para que os membros da Assembleia de Freguesia não se desviem do assunto em discussão e advertirá



quem utilizar expressões injuriosas ou ofensivas, devendo retirar a palavra a quem persistir em tais atitudes.

Artigo nº 40 (Fins no Uso da Palavra)

Quem solicitar a palavra não pode usá-la para fim diverso daquela para que lhe foi concedido.

Artigo nº 41 (Invocação do Regimentos e Perguntas à Mesa)

1. O membro da Assembleia de Freguesia que pedir a palavra para invocar o Regimento indicará a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.
2. Os membros da Assembleia de Freguesia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.

Artigo nº 42 (Requerimentos)

1. São considerados requerimentos apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes aos processos de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou ao funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente.
3. Caso os requerimentos sejam formulados oralmente, os mesmos serão ditados para acta.
4. Os requerimentos escritos serão imediatamente anunciados pela Mesa.
5. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder dois minutos (2).
6. Admitido qualquer requerimento é imediatamente votado sem discussão.
7. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.

Artigo nº 43 (Recurso)

Qualquer membro da Assembleia de Freguesia pode recorrer das decisões do Presidente ou da Mesa da Assembleia.

Artigo nº 44 (Proibição do Uso da Palavra no Período da Votação)

Anunciado o início da votação, nenhum Membro da Assembleia de Freguesia pode usar da palavra até à proclamação do resultado, excepto para apresentar requerimentos respeitantes ao processo de votação.

Artigo nº 45 (Declarações de Voto)



As declarações de voto, orais ou escritas, não poderão exceder cinco minutos (5) e constarão da respectiva acta.

CAPITULO X - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA DE FREGUESIA

Artigo nº 46 (Intervenção dos Membros da Junta de Freguesia)

Podem intervir nas discussões da Assembleia de Freguesia, sem direito a voto, o Presidente e demais membros da Junta de Freguesia, a fim de prestarem os necessários esclarecimentos.

CAPITULO XI - DELIBERAÇÕES E VOTAÇÃO

Artigo nº 47 (Requisitos das Deliberações e Votações)

1. As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, com a presença da maioria do número legal de membros da Assembleia de Freguesia, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate, observando-se, o que determina o nº 2 do presente artigo no que respeita às votações por escrutínio secreto.
2. As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto e, em caso de dúvida, a Assembleia de Freguesia delibera sobre a forma de votação.
3. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a sessão ou reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

CAPITULO XII - PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Artigo nº 48 (Período Aberto ao Público)

1. As sessões da Assembleia de Freguesia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir.
2. Encerrada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia de Freguesia poderá conceder a palavra ao público, após proposta, oral ou escrita apresentada à Mesa, a quem quiser pronunciar-se sobre assuntos de interesse geral da Autarquia.



3. Registadas pela Mesa as inscrições, o Presidente da Assembleia informará do tempo concedido a cada intervenção, chamando a atenção para a obrigatoriedade de se circunscrever a matéria que motivou o pedido de intervenção.
4. Este período não poderá exceder minutos (30), devendo o Presidente da Assembleia de Freguesia ratear o referido período entre os munícipes que se inscreverem para usar da palavra, sendo que o período atribuído a cada munícipe não poderá exceder os minutos (10).
5. Os esclarecimentos serão sempre dados pela Mesa, não devendo os Membros da Assembleia usar da palavra durante este período, a não ser por solicitação especial do Presidente.
6. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões e reuniões ou perturbar a ordem, sob pena de multa, que será aplicável pelo Juiz da Comarca, sob participação do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e sem prejuízo da faculdade atribuída ao Presidente, em caso de quebra da disciplina ou da ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador e sob pena de desobediência nos termos da Lei Penal.

CAPITULO XIII - MOÇÕES

Artigo nº 49 (Forma de Apresentação)

1. A moção de censura será dirigida ao Presidente da Assembleia de Freguesia que obrigatoriamente a agendará como ponto de ordem de trabalhos da sessão ou reunião, a seguir.
2. Caso não esteja prevista nenhuma sessão ou reunião ordinária ou extraordinária no período de dias (8) após a recepção da moção, o Presidente da Assembleia de Freguesia deverá, findo esse período, convocar uma reunião extraordinária.
3. O conteúdo escrito da moção será de imediato aos Presidentes dos grupos políticos, à Junta de Freguesia e por via postal aos membros da Assembleia de Freguesia, juntamente com o aviso convocatória.

Artigo nº 50 (Proponentes)

Qualquer Grupo político, poderá apresentar moção de censura ao Executivo. Nenhum Grupo político poderá propor mais que uma moção de censura se tiver nesse mesmo ano civil já apresentado alguma que tenha sido reprovada pelo plenário



Artigo nº 51 (Discussão e Votação)

Se na sessão ou reunião da Assembleia de Freguesia, que for tratada a moção de censura, não estiverem presentes no mínimo três (3) membros proponentes, esta não será discutida, perdendo os seus proponentes o direito a novo agendamento durante esse ano civil, excepto por razões de força maior apresentados ao plenário e que este delibere aceitar.

Artigo nº 52 (Moção de Confiança)

A apresentação e votação de moções de confiança à acção do executivo, regem-se pelo mesmo regime das moções de censura.

CAPITULO XV - DESPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Artigo nº 53 (Actas)

1. De cada sessão ou reunião é lavrada acta, que contém um resumo do que essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada.
2. As actas são lavrada, sempre que possível, por funcionário da autarquia designado para o efeito e postas à aprovação de todos os membros no final da respectiva reunião ou no inicio da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
3. As actas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões ou reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presente, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
4. As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respectivas actas ou depois de assinadas as minutas as minutas, nos termos dos números anteriores.

Artigo nº 54 (Constituição e Funcionamento)

1. A Assembleia de Freguesia pode constituir Comissões ou Grupos de Trabalho para qualquer finalidade que tenha por conveniente



2. As propostas para a respectiva constituição podem ser apresentadas pela Mesa ou por qualquer membro da Assembleia.

3. Às Comissões e Grupos de trabalhos compete desempenhar as tarefas que lhes foram cometidas, nos prazos que lhes foram fixados, os quais poderão ser prorrogados quando tal se justifique.

Artigo nº 55 (Serviço de Apoio à Assembleia de Freguesia)

Os Serviços dependentes do órgão executivo da autarquia local prestarão o necessário apoio administrativo ao respectivo órgão de deliberação.

Artigo nº 58 (Direito Subsidiário)

Todas as questões não reguladas neste Regimento aplica-se, com direito subsidiário, o estabelecido na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo nº 57 (Regimento)

O Regimento entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação.

